



Anais da Assembléia

D.A. 005 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE MARÇO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|-------------------------------|
| Governo | Deputado Valdir Rossoni |
| PFL | Deputado Plauto Miró |
| PTB | Deputado Ademar Traiano |
| PMDB | Deputado Orlando Pessuti |
| PPB | Deputado Augustinho Zucchi |
| PT | Deputado Péricles H. de Mello |
| PDT | Deputado Edgar Bueno |
| PL | Deputado Hortácio Rodrigues |
| PSN | Deputado Emerson Nerone |
| PSDB | |

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartório - Hidekazu Takayama - Jílilio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Celso Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleno - Duffio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Hortácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA**

**ATA DA 04ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 1998**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Tetchy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Tanaka, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walnor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk). - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 006/98

Curitiba, 02.03.98.

Senhor Presidente.

Na conformidade do disposto no art. 116, da Constituição Estadual, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de submeter à aprovação dessa augusta Assembléia Legislativa, o nome do Doutor Gilberto Giacoia, para ocupar o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

Devo esclarecer que o escolhido figurou na lista triplíce de nomes indicados em eleição realizada em 16 do corrente mês, pelos integrantes do Ministério Público, na forma da Lei nº 9.199, de 18 de janeiro de 1990, cujo resultado está contido no anexo Ofício nº 0173/98, da Procuradoria-Geral de Justiça.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO Paraná
Gabinete do Procurador-Geral

Ofício nº 0173

Curitiba, 18.02.98.

Senhor Governador.

Com a mais elevada honra, cumprindo o disposto no artigo 116 da Constituição do Estado do Paraná e para os fins previstos nos artigos 6º e 7º, da Lei Estadual nº 9.199, de 18 de janeiro de 1990, comunico a Vossa Excelência que foram escolhidos em eleição realizada na data de 16 de fevereiro transato, para integrar a lista triplíce, os seguintes eminentes Procuradores de Justiça: **Gilberto Giacoia**, com 399 votos; **Agrinaldo Santa Theresza Borges Vieira**, com 319 votos e **Gláucio Antonio Pereira**, com 280 votos.

Ao ensejo, quero deixar consignado, em nome do Ministério Público Paranaense o reconhecimento pelo alto espírito democrático de Vossa Excelência, respeito e prestígio sempre dispensados a nossa Instituição, contribuindo sobremaneira para que ela venha cumprir sua missão constitucional de defensora da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Sem mais, é-me grato renovar a Vossa Excelência distinguidas expressões de consideração e apreço.

(a) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO
Procurador-Geral de Justiça

A Sua Excelência
Arquiteto JAIME LERNER
Governador do Estado do Paraná
Palácio Iguazu
NESTA CAPITAL

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº 374/CGOAF, da Senhora MARIA ELIZABETH SANTIAGO CONFREIRAS, Secretária-Adjunta da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, comunicando convênio celebrado entre o Ministério do Trabalho, por intermédio da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, e o Estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 14/98 de minha autoria, que visa estabelecer que em toda a vistoria realizada pelo INCRA, em território do Estado do Paraná, haverá participação de um técnico da SEMA e um da SEAB, e de um técnico do Município onde ocorrer a vistoria.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a anexação do Projeto de Lei nº 746/97 ao Projeto de Lei nº 145/97, onde ambos visam declarar de Utilidade Pública a Associação Flávia Cristina, de Londrina.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, requer após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família de DANIEL E DAVI WILL, falecidos dia 27 de fevereiro do corrente ano, no Município de Tapejara.

Peço enviar cópia ao Senhor ALBERTO WILL E ÁUREA SCHURT WILL, pais dos falecidos, na Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, 787, Tapejara - PR. CEP 87430-000.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 130

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor EMIR SFAIR, ocorrido em Porto Velho (RO), no último dia 25.

Requer mais, que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(aa) GERALDO CARTÁRIO

ANIBAL KHURY

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk

JUSTIFICATIVA:

Emir Sfair, originário de Canoíhas, desaparecido aos 61 anos de idade, foi um jornalista de destaque no Paraná, atuando ao lado de inúmeras figuras expressivas do jornalismo paranaense. Formou-se em Direito em Curitiba, cidade a qual abraçou, radicando-se então no Paraná.

Em 1976, iniciando na carreira jornalística, assinava uma coluna política no jornal "O Paraná". Já em 1993, com a carreira consolidada, fundou em sociedade com Assis Gurgacz o "Diário da Amazônia", do qual era atualmente Diretor-Responsável, revolucionando o jornalismo até então praticado naquele Estado. Por vários anos trabalhou na "Gazeta do Povo".

Emir Sfair era "Cidadão Honorário do Paraná", título concedido há 10 anos, em projeto do ex-Deputado Estadual Geraldo Cartário.

O homem público foi casado com a Excelentíssima Senhora EDILIS SFAIR e deixa três filhos: Mauro, Lara e Silmara.

Por todos estes registros, justifica-se amplamente a homenagem póstuma que pretendemos firmar ante a memória de Emir Sfair.

REQUERIMENTO Nº 135

Senhor Presidente.

Tendo em vista os excelentes trabalhos realizados pelo BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao reabrir o período anual, reafirma seu apoio irrestrito à Instituição e à continuidade de suas ações em prol do desenvolvimento dos Estados componentes do sistema BRDE/CODESUL, e de modo especial ao Paraná.

A conjuntura de acentuada retração na oferta de crédito de investimentos de longo prazo, torna fundamental manter o BRDE em funcionamento, tanto por sua tradição e confiabilidade, como por se tratar de instituição mobilizadora de recursos - inclusive de origem internacional - e de sua distribuição para milhares de empreendimentos produtivos, geradores de riqueza e renda.

A prática moderna, testada nos grandes centros mundiais tem valorizado o desenvolvimento regional, através da interação dos diversos segmentos e consolidação de políticas sustentáveis de crescimento econômico e social.

Assim, diante das exigências de um mercado sempre mais competitivo, onde o BRDE possui tradição e experiência para prosseguir em sua missão, os Deputados que esta subscrevem apelam às autoridades executivas pela manutenção e aprimoramento de tão destacada entidade financeira pública.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, DOUTOR ROSINHA, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUIZ ACCORSI, HORÁCIO RODRIGUES, JOÃO TECHY, AUGUSTINHO ZUCCHI, ALBANOR GOMES, JÚLIO ANDO, LUIZ CARLOS ZUK, NELSON GARCIA, GERALDO CARTÁRIO, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, ÉLIO RUSCH, JOEL COIMBRA, JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista os excelentes trabalhos realizados pelo BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao reabrir o período anual, reafirma seu apoio irrestrito à Instituição e à continuidade de suas ações em prol do desenvolvimento dos Estados componentes do sistema BRDE/CODESUL, e de modo especial ao Paraná.

A conjuntura de acentuada retração na oferta de crédito de investimentos de longo prazo, torna fundamental manter o BRDE em funcionamento, tanto por sua tradição e confiabilidade, como por se tratar de instituição mobilizadora de recursos - inclusive de origem internacional - e de sua distribuição para milhares de empreendimentos produtivos, geradores de riqueza e renda.

A prática moderna, testada nos grandes centros mundiais tem valorizado o desenvolvimento regional, através da interação dos diversos segmentos e consolidação de políticas sustentáveis de crescimento econômico e social.

Assim, diante das exigências de um mercado sempre mais competitivo, onde o BRDE possui tradição e experiência para prosseguir em sua missão, os Deputados que esta subscrevem apelam às autoridades executivas pela manutenção e aprimoramento de tão destacada entidade financeira pública.

REQUERIMENTO Nº 141

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Senhor OSCAR OTONOSKI, proprietário do "Restaurante do Compadre", na Cidade de São Mateus do Sul, Paraná, pelos relevantes serviços prestados à sociedade são-mateuense.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Oscar Otonoski, proprietário do "Restaurante do Compadre", sito à Rua Vitório Biangolini, 715, da Cidade de São Mateus, vem há muitos anos desenvolvendo um excelente atendimento aos seus clientes e amigos.

REQUERIMENTO Nº 142

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Senhor JOSÉ EDUARDO FLORIPES e Senhora LÉLIA OLIVEIRA, sócios proprietários da "Água Doce - Cachaçaria", pelos rele-

vantes serviços prestados à sociedade curitibana.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A "Cachaçaria Água Doce", empresa conceituada no sistema de franquias, situada à Rua Marechal Deodoro, 1227, vem há vários anos, sob a sábia direção de seus proprietários, atendendo a sua clientela amiga de Curitiba e de toda a Região metropolitana, com esmero e dedicação.

REQUERIMENTO Nº 143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Senhor JOSÉ DE SOUZA E SILVA, proprietário do "Super Silva Supermercados Ltda.", extensivo aos seus familiares e funcionários, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Bairro do Boqueirão e adjacências.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O "Super Silva Supermercados Ltda.", sob a sábia direção do Senhor José de Souza e Silva e sua família, vem há vários anos desenvolvendo um excelente trabalho na região do Bairro do Boqueirão e adjacências, no que diz respeito ao atendimento de sua clientela amiga, no ramo de supermercado.

REQUERIMENTO Nº 144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Senhor CARLITO BECKAUSER JÚNIOR, proprietário do "Escritório Contábil Leão", pelos relevantes serviços prestados à sociedade do Bairro do Boqueirão e adjacências.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Carlito Beckauser Júnior, vem atendendo há vários anos, pelo seu "Escritório Contábil Leão", situado no Boqueirão, aos seus clientes e

amigos, com toda a dedicação e esmero que lhe é peculiar no ramo de contabilidade, auxiliando e direcionando as firmas a cumprir com suas obrigações com o Estado e a União.

REQUERIMENTO Nº 145

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Senhor JEFFERSON LUIZ FELISBINO e JOCELI ADRIANE FELISBINO, sócios-proprietários da "Metalúrgica Mega Ltda.", extensivos aos seus funcionários, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Bairro Boqueirão e adjacências.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A "Metalúrgica Mega Ltda.", sob a direção sábia e competente de seus proprietários, vem há vários anos desenvolvendo um excelente trabalho aos seus clientes e amigos do Bairro Boqueirão e de outros bairros, bem como da Região Metropolitana, no que diz respeito a serviços de ferramentaria e tornearia mecânica.

REQUERIMENTO Nº 146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Senhor JOÃO BATISTA MANHOLER e Senhora ZELI PRUSSAK MANHOLER, sócios proprietários da "Relotel Representações Comerciais Ltda.", pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes e amigos, no ramo de instalações e vendas de telefones.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A "Relotel - Representações Comerciais Ltda.", de propriedade do Senhor e Senhora João Batista e Zeli Prussak Manholer, vem há vários anos desenvolvendo um excelente trabalho e atendimento à sua clientela amiga, do Bairro Portão e Região Metropolitana.

no que diz respeito a venda e instalação de linhas e aparelhos telefônicos.

REQUERIMENTO Nº 147

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos aos Senhores EDMUNDO E WILMA CARMEN KOSTERS, CARLOS AUGUSTO CAVALLES e KARIN KOSTERS BAGGIO, sócios-proprietários da "Berko Auto Peças e Serviços Ltda.", pelos relevantes serviços prestados à sociedade curitibana e de todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A "Berko Auto Peças e Serviços Ltda.", empresa conceituada no ramo de auto peças e serviços, vem há vários anos desenvolvendo um excelente trabalho e atendimento aos clientes e amigos desta Cidade de Curitiba e Região Metropolitana.

REQUERIMENTO Nº 148

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Doutor SÉRGIO KUBTISKI, especializado em Ortodontia, pelos relevantes serviços prestados à sociedade curitibana e paranaense.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Sérgio Kubtiski, Ortodontista dedicado ao atendimento especializado aos seus clientes e amigos, vem há vários anos desenvolvendo um excelente trabalho na área de Ortodontia nesta Cidade de Curitiba e Região Metropolitana.

REQUERIMENTO Nº 149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Se-

nhor e Senhora NERI E DEANIR ROSA GORGES, sócios-proprietários da "Metalúrgica Croácia Ltda.", pelos relevantes serviços prestados à sociedade curitibana.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A "Metalúrgica Croácia Ltda.", de propriedade de Neri e Deanir Rosa Gorges, vem há vários anos desenvolvendo um excelente trabalho aos clientes e amigos do Bairro Boqueirão e Região Metropolitana, no que diz respeito a metalurgia especializada e técnica.

REQUERIMENTO Nº 150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos aos Senhores JOSÉ CARLOS CARNEIRO E NAIME APARECIDA CARNEIRO, sócios-proprietários da "Mercearia Carneiro", pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes e amigos do Conjunto Érico Veríssimo, do Alto Boqueirão.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A "Mercearia Carneiro", de propriedade do casal José Carlos e Naime Aparecida Carneiro, vem há 11 anos atendendo seus clientes e amigos do Conjunto Érico Veríssimo, do Bairro do Boqueirão e adjacências.

REQUERIMENTO Nº 151

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Senhor GERALDO ALVES FONSECA, pelos relevantes serviços prestados à sociedade curitibana, principalmente do Conjunto Érico Veríssimo, Bairro do Alto Boqueirão.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Geraldo Alves Fonseca, que há mais de 12 anos vem atendendo em seu estabelecimento comercial, sito

à Rua Cel. Hugo Matos de Moura, 11, no Conjunto Érico Veríssimo, aos seus clientes e amigos, com esmero e dedicação.

REQUERIMENTO Nº 152

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações ao Senhor VALTER FERNANDES DOS SANTOS, empresário do ramo ortopédico e líder comunitário no Município de Apucarana, pelos relevantes serviços prestados à organização popular e resgate da cidadania daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Valter Fernandes dos Santos, natural de Marília - São Paulo, em 20 de janeiro de 1947, casado com Maria Cleude dos Santos, com quem formou uma família exemplar com três filhos: Valéria, Tatiana e Leonardo.

Valter reside no Paraná desde 1965. Em 1967 fixou residência em Apucarana, cidade que adotou como sua terra natal. Em 1968 fundou a empresa que dirige até hoje, a "Ortopédica Apucarana Ltda.". Em 1980, o "Centro Ortopédico em Londrina". No ramo da ortopedia, Valter é reconhecido em todo Norte e no Vale do Ivaí, por clientes, entidades e Prefeituras Municipais, como profissional competente, dedicado e solidário.

Além do destaque que exerce na área empresarial, Valter dedica-se na organização popular. Fundou várias Associações de Deficientes Físicos e Associações de Moradores de Bairros. Como também, a Federação Municipal das Associações de Moradores (FAMAP) e a União Municipal de Mutuários e Moradores de Apucarana (UMMA). É Presidente da Associação de Moradores da Vila Santista e Secretário Geral da UMMA.

Suas atividades comunitárias extrapolam o município. Valter foi presidente do Conselho Deliberativo (CONDEL) da Federação das Associações de Moradores do Paraná - FAMOPAR. Diretor de Habitação da FAMOPAR, fundador da União por Moradia Popular do Paraná (UMP/PR), sendo também Delegado Regional da Associação Brasileira de Ortopedia Técnica.

Na área comunitária, Valter é reconhecido como um grande amigo, participante de várias atividades em diversas regiões do Estado, sempre com o objetivo de fortalecer o movimento das Associações de Moradores no Paraná.

REQUERIMENTO Nº 153

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações ao Senhor VALTER FERNANDES DOS SANTOS, empresário do ramo ortopédico e líder comunitário no Município de Apucarana, pelos relevantes serviços prestados à organização popular e resgate da cidadania daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Valter Fernandes dos Santos, natural de Marília - São Paulo, em 20 de janeiro de 1947, casado com Maria Cleude dos Santos, com quem formou uma família exemplar com três filhos: Valéria, Tatiana e Leonardo.

Valter reside no Paraná desde 1965. Em 1967 fixou residência em Apucarana, cidade que adotou como sua terra natal. Em 1968 fundou a empresa que dirige até hoje, a "Ortopédica Apucarana Ltda.". Em 1980, o "Centro Ortopédico em Londrina". No ramo da ortopedia, Valter é reconhecido em todo Norte e no Vale do Ivaí, por clientes, entidades e Prefeituras Municipais, como profissional competente, dedicado e solidário.

Além do destaque que exerce na área empresarial, Valter dedica-se na organização popular. Fundou várias Associações de Deficientes Físicos e Associações de Moradores de Bairros. Como também, a Federação Municipal das Associações de Moradores (FAMAP) e a União Municipal de Mutuários e Moradores de Apucarana (UMMA). É Presidente da Associação de Moradores da Vila Santista e Secretário Geral da UMMA.

Suas atividades comunitárias extrapolam o município. Valter foi presidente do Conselho Deliberativo (CONDEL) da Federação das Associações de Moradores do Paraná - FAMOPAR. Diretor de Habitação da FAMOPAR, fundador da União por Moradia Popular do Paraná (UMP/PR), sendo também Delegado

Regional da Associação Brasileira de Ortopedia Técnica.

Na área comunitária, Valter é reconhecido como um grande amigo, participante de várias atividades em diversas regiões do Estado, sempre com o objetivo de fortalecer o movimento das Associações de Moradores no Paraná.

REQUERIMENTO Nº 131

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa BID/V, trecho que liga os Municípios de Nova Cantu à Mamborê - Distrito de Guarany.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação dos Municípios de Nova Cantu e Mamborê, que requerem a inclusão dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa BID/V, trecho que liga os Municípios de Nova Cantu a Mamborê - Distrito de Guarany.

Esta pavimentação que ora solicitamos, tem importância vital para o desenvolvimento daquela região, rica em produção agrícola e composta de pequenas propriedades rurais, e que sofre com enormes perdas por ocasião das safras, em virtude da estrada (em leito natural) ficar praticamente intransitável em períodos de chuva.

REQUERIMENTO Nº 132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa BID/V, no Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Barbosa Ferraz, que requerem a inclusão dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa BID/V, trecho que liga o Município ao Distrito de Ourilândia.

Esta pavimentação que ora solicitamos, tem importância vital para o desenvolvimento daquela região, rica em produção agrícola e composta de pequenas propriedades rurais, e que sofre com enormes perdas por ocasião das safras, em virtude da estrada (em leito natural) ficar praticamente intransitável em períodos de chuva.

REQUERIMENTO Nº 133

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa BID/V, no Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Goioerê, que requer a inclusão dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa BID/V, trecho que liga o Município de Goioerê a Iporã - continuação da BR-272.

Esta pavimentação que ora solicitamos, tem importância vital para o desenvolvimento daquela região, rica em produção agrícola e composta de pequenas propriedades rurais, e que sofre com enormes perdas por ocasião das safras, em virtude da estrada (em leito natural) ficar praticamente intransitável em períodos de chuva.

REQUERIMENTO Nº 134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes,

Heinz Georg Herwig, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa BID/V, nos Municípios de Rancho Alegre do Oeste - Boa Esperança e Janiópolis.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação dos Municípios de Rancho Alegre do Oeste - Boa Esperança e Janiópolis, que requerem a inclusão dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa BID/V, trecho que liga os Municípios de Rancho Alegre do Oeste - Boa Esperança e Janiópolis.

Esta pavimentação que ora solicitamos, tem importância vital para o desenvolvimento daquela região, rica em produção agrícola e composta de pequenas propriedades rurais, e que sofre com enormes perdas por ocasião das safras, em virtude da estrada (em leito natural) ficar praticamente intransitável em períodos de chuva.

REQUERIMENTO Nº 139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cândido Martins de Oliveira, solicitando seja urgenciado os trâmites processuais do Termo que permuta imóvel, entre a Prefeitura Municipal de Palmeira e aquela Secretaria de Estado, para abrigar a Delegacia de Polícia local.

Recebemos expediente da Direção da Escola Municipal Imaculada Conceição, bem como da APM, daquele estabelecimento de ensino, dando conta de que a escola, que possui 341 alunos deste Jardim I até a 4ª série do 1º Grau, funciona ao lado da Delegacia de Polícia.

Há sérios riscos a alunos e professores, quando de fugas de detentos, bem como os presos ficam nas janelas de seus cubículos chamando por alunos para que levem recados a familiares.

O Termo de permuta em tela encontra-se na Secretaria da Segurança e o que se pede é simplesmente celeridade no ato.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 140

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando a reabertura de novo prazo para parcelamento de pagamento de IPVA em atraso no Estado, nos mesmos moldes da Lei nº 11.801, de 10.07.97, e sendo regulamentada através de Decreto do Poder Executivo.

Fomos procurados por muitos proprietários de veículos que, mesmo estando com o IPVA em atraso, não puderam, pelos mais variados motivos, fazer o parcelamento no período em que o mesmo foi oferecido. Desta forma, não só é mais uma fonte de renda aos cofres públicos como também a oportunidade de que os proprietários coloquem em dia o Imposto de seus veículos, mormente com a implantação do novo Código Nacional de Trânsito.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 154

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes e ao Diretor Geral do DER, solicitando medidas urgentes no sentido de que sejam retiradas as placas de sinalização que desvia o tráfego na BR-277, trecho entre Relógio-Irati-Palmeira.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Todos somos sabedores de que o trabalho que vem sendo feito na malha rodoviária do nosso Estado (Anel de Integração), é necessário e desejado por toda a sociedade paranaense e brasileira.

Todavia, o trecho da BR-277 entre Guarapuava e Foz do Iguaçu, os trabalhos desenvolvem normalmente sem que haja qualquer tipo de prejuízo a outrem.

O trecho que compreende entre Relógio-Irati-Palmeira, o DER colocou

placas indicativas com os seguintes dizeres:

Trevo do Spréa: "GUARAPUAVA - CASCAVEL - FOZ DO IGUAÇU - SIGA VIA PONTA GROSSA."

Trevo do Relógio: "CURITIBA - PARANAGUÁ - SIGA VIA PONTA GROSSA."

Ora, Senhores, estas melhorias são por demais necessárias e reivindicadas, contudo, não podem vir em detrimento dos empresários, dos comerciantes, que já lutam com dificuldades como postos de gasolina, restaurantes, lanchonetes e tantos outros comerciantes que estão instalados ao longo da BR-277, mormente no trecho Relógio-Irati-Palmeira.

Se medidas urgentes não forem tomadas, no sentido de que sejam retiradas as placas fixadas, com os dizeres supra, todo o comércio ao longo desta rodovia, no trecho mencionado, sofrerão prejuízos irrecuperáveis e estão fadados à falência.

Desta forma, apesar dos transtornos, do fechamento de uma das pistas, mas deixando a outra liberada ao tráfego, não trará consequências gravíssimas aos comerciantes como ocorrerá se de fato o trânsito for interrompido por completo.

REQUERIMENTO Nº 155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando o recadastramento eleitoral no Município de Cambira, Estado do Paraná.

Este Requerimento consubstancia-se no fato de que o Município de Cambira sofreu desmembramento com a criação do Município de Novo Itacolomi.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado expediente ao Senhor Governador Jaime Lerner; ao Senhor Secretário de Estado da Segurança, Manoel Martins de Oliveira; ao Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso; ao Senhor

Ministro da Justiça, Iris Rezende; ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná; ao Delegado Chefe da Polícia Civil do Estado do Paraná; solicitando providências com relação a segurança, onde as comunidades que margeiam o Lago de Itaipu, do Oeste do Paraná, em abaixo-assinado, pede urgência para combater os assaltos às propriedades dos agricultores, que vem ocorrendo continuamente desde a formação do lago. Entre elas:

1. Implantação do Batalhão de Fronteira da Polícia Militar;
2. Melhor estruturação das Delegacias de Polícia Civil e dos destacamentos da Polícia Militar nos municípios limítrofes ao lago de Itaipu, de ordem material (veículos, armamento e equipamento) e de pessoal;
3. Implantação de destacamento da Polícia Militar na localidade de Vila Celeste (Santa Helena), com estrutura física e de pessoal necessária ao efetivo combate à criminalidade;
4. Participação do Governo Federal no combate à criminalidade praticada por bandos armados, originários da República do Paraguai, tendo em vista o tráfico intensivo de drogas e a passagem contínua de frotas de veículos roubados em nosso País.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

As famílias que moram às margens do Lago de Itaipu estão apavoradas com o que vem acontecendo. O medo faz com que muitos vendam as propriedades a baixo preço e abandonam as localidades. Não acreditam nas autoridades policiais para dar-lhes proteção, vendo vizinhos serem assaltados, amarrados dentro das próprias residências enquanto bandidos "limpam" a patrimônio que conseguiram com muito suor.

Os assaltantes, além de roubarem máquinas agrícolas, gado e utensílios domésticos, atravessando o lago, levando tudo para o Paraguai, ameaçam famílias, com o intuito de ver desvalorizar as propriedades, e as autoridades civis para que não atrapalhem seus planos. Estes indivíduos vêm fortemente armados do outro lado do lago, rendem suas vítimas, amedrontando a todos para que não denunciem, carregam tudo que podem em lanchas e voltam tranquilamente pelo lago, sem serem importunados.

A população relatou a este Deputado o envolvimento de policiais civis e militares do Brasil e do Paraguai, na proteção, informação, negligência e participação nos produtos dos assaltos. Além disso arrolam as seguintes pessoas identificadas entre os bandidos: Mário de Oliveira Fortuna, vulgo "Gaúcho"; Anselmo Sanches, vulgo "Garoa"; Luís Antônio Alves; César Luiz Kutsner; Osvaldo Figueiredo (receptador); Délcio Aluísio Mallmann (de Bom Jardim, Mal. Cândido Rondon); José Pereira, vulgo "Zé do Couro"; Nelson Pereira, vulgo "Nelsinho"; Vilson Pereira, vulgo "Miquinho"; Odair Heppe, vulgo "Oda"; Clodoaldo de tal, vulgo "Clô"; além de Vergílio de tal, "Kiko Branco" e "Kiko Preto". Alguns nomes e endereços já são conhecidos da polícia, outros não são denunciados pelos moradores por medo de represálias.

REQUERIMENTO Nº 137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições, respeitosamente REQUER, após ouvido o Douto Plenário, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, fazendo alguns questionamentos sobre operações financeiras de antecipação de receita orçamentária realizada pelo Governo do Estado com a Companhia de Energia do Paraná - COPEL.

1. Qual a lei que autorizou o Governo do Estado do Paraná a realizar operação financeira de antecipação de receita orçamentária - antecipação do ICMS - com a COPEL, no valor de R\$ 155.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais), realizada em 19 de dezembro de 1997 e a ser quitada em 10 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 1998?
2. Qual o valor do ICMS retido pela COPEL, nos meses de janeiro e fevereiro de 1998 (principal mais juros), a título de quitação da referida antecipação de receita do ICMS?
3. Como será procedido o repasse dos 25% do ICMS devido aos municípios, referentes às parcelas retidas pela COPEL pelo pagamento da antecipação de receita de ICMS, conforme preceito constitucional?

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 030/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado de "Maria César Stamm" o trecho da BR-369, que liga o Município de Londrina ao Município de Cambé, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste projeto de lei é o reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná, em especial Londrina e região, pelo Doutor Mário César Stamm.

O homenageado, desde setembro de 1954 trabalhou como Engenheiro Civil no DER - Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná. No ano de 1962 foi Engenheiro Chefe do 7º Distrito Rodoviário, sediado em Londrina, sendo mais tarde, entre 1968 e 1969, o Diretor Geral do referido Departamento.

Foi eleito Deputado Federal para as legislaturas 1970/1974 - 1978/1982.

Em 1983 foi Diretor Geral do DETRAN/PR - Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.

Ainda, fundou o Instituto Politécnico de Londrina, que foi marco inicial para a criação da Faculdade de Engenharia de Londrina.

Organizou o 1º e 2º Simpósio Nacional de Trânsito, realizados em Brasília-DF, nos anos de 1973 e 1981, respectivamente.

Idealizou e executou a segunda pista Londrina-Cambé-Rolândia (trecho BR-369) e o início da estrada Londrina-Mauá, entre outras obras e rodovias executadas na Cidade de Londrina e no Estado do Paraná.

Pelos motivos acima expostos, solicitamos a especial atenção dos nobres Parlamentares desta Casa de Leis, no sentido de viabilizarem a aprovação do referido projeto.

PROJETO DE LEI Nº 031/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam os Clubes de Futebol do Estado do Paraná, responsabilizados pelos danos físicos e patrimoniais, causados pela(s) sua(s) torcida(s) organizada(s).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem como desiderato o de responsabilizar as equipes de futebol quando parte de suas torcidas organizadas, transformam-se em verdadeiros vândalos, em total desrespeito para com o próximo e para com o patrimônio de terceiros, que vê seu comércio, seu meio de luta e sobrevivência, simplesmente ser saqueado, depredado e ateado fogo. Há que se resgatar princípios de valores moral, de caráter e fundamentalmente de respeito e amistosidade para com próximo ou para com torcidas de equipes adversárias. Princípios que jamais podem ser feridos em detrimento da urbanidade e da civilidade e que venham disseminar maus costumes e práticas de vandalismos à nossa sociedade.

O que se busca em toda a sua essência, é responsabilizar as equipes de futebol, que ao pagar ônibus para o deslocamento de suas torcidas organizadas, ao dar descontos nos preços dos ingressos, proporcionam que pessoas criminosas, infiltradas no meio das torcidas, sem o menor sentido de civilidade vá ao campo de futebol em Curitiba ou nas cidades do interior e provoquem verdadeiras algazarras que acarretam prejuízos a honestos comerciantes, como vimos no dia 1º de março do corrente ano, próximo ao Município de Irati, provocado por parte da torcida organizada do Clube Atlético Paranaense.

O nosso projeto não tira o direito das pessoas torcer por uma agremiação futebolística, muito pelo contrário, o que queremos é responsabilizar solidariamente o Clube. A amistosidade, o convívio pacífico para com o próximo é fator básico de um ser huma-

no que se diz civilizado. Não é admissível por todas as pessoas sensatas e equilibradas, que criminosos se infiltrem e façam uso de uma camisa de um respeitável clube de futebol do nosso Estado e do País, para promover assaltos e os vandalismos como os praticados próximos a Irati. E até mesmo em Curitiba, quando ônibus que ao retornarem dos estádios de futebol, são totalmente depredados proporcionando prejuízos a toda uma sociedade.

Pelos motivos expostos, pedimos aos nobres Parlamentares o necessário apoio ao nosso projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 032/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Israel Sodré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O título de Cidadão Honorário do Paraná, que ora proponho, seja concedido ao Senhor Israel Sodré, atende o disposto na Lei 5.638/67, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 14.09.67.

O Senhor Israel Sodré é natural de Campos, Estado do Rio de Janeiro, nascido em 05.10.38, filho de José Antônio Sodré e Ana Maria Marques Sodré, casado com a Senhora Maria Ivone Tavares Sodré, com quem teve quatro filhos: Marta Marília Sodré, Eli Sodré, Marinalva Sodré e Ivonete Sodré.

O Senhor Israel Sodré, que em 26.06.74 foi ordenado Ministro Evangélico, pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, presidiu diversas igrejas no Estado do Paraná, a saber: Alto Piquiri, Herculanã, Nova Esperança, Assis Chateaubriand, Paranavai, Londrina e Foz do Iguaçu, onde preside atualmente. Sendo atualmente o Presidente da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná.

O Pastor Israel Sodré, é reconhecido e respeitado na comunidade em

que vive, pelos relevantes trabalhos que desenvolve em prol da coletividade, não só de orientação espiritual, mas também pelos projetos que realiza na área social, cultural e educacional, desenvolvendo atividades diversas de apoio e orientação a pessoas e famílias carentes, procurando integrá-las a comunidade, oferecendo-lhes melhores condições de vida, tornando-se assim, um líder espiritual, para toda região, independente de credo, cultura, raça e cor.

Por estes méritos, é que proponho a concessão do título de Cidadão Honorário de nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 033/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Silvio Ferreira Pimenta.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O título de Cidadão Benemérito do Paraná, que ora proponho, seja concedido ao Senhor Silvio Ferreira Pimenta, atende o disposto na Lei 5.638/67, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 14.09.67.

O Senhor Silvio Ferreira Pimenta é natural de Rolândia, Estado do Paraná, nascido em 23.09.45, filho de Joaquim Ferreira Pimenta e Maria da Conceição Pimenta, casado com a Senhora Joselina Navarro Pimenta, com quem teve três filhos: Joel Navarro Pimenta, Joelma Navarro Pimenta Galvão e Gesiel Navarro Pimenta.

O Senhor Silvio Ferreira Pimenta, que em 18.12.72 foi ordenado Ministro Evangélico, pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, presidiu diversas igrejas no Estado do Paraná, a saber: Toledo e atualmente preside a Igreja Evangélica Assembléia de Deus na Cidade de Paranavaí. Sendo que o mesmo foi por três mandatos Presidente da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná.

O Pastor Silvio Ferreira Pimenta, é reconhecido e respeitado na comunidade em que vive, pelos relevantes trabalhos que desenvolve em prol da coletividade, não só de orientação espiritual, mas também pelos projetos que realiza na área social, cultural e educacional, desenvolvendo atividades diversas de apoio e orientação a pessoas e famílias carentes, procurando integrá-las a comunidade, oferecendo-lhes melhores condições de vida, tornando-se assim, um líder espiritual, para toda região, independente de credo, cultura, raça e cor.

Por estes méritos, é que proponho a concessão do título de Cidadão Benemérito de nosso Estado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao ilustre Deputado José Maria Ferreira.

Antes porém, anunciamos em nosso meio, por indicação do ilustre Deputado Nelson Garcia, a presença do Prefeito do Município de Cruzeiro do Oeste, Senhor Mazzei, que se faz acompanhar de alguns de seus auxiliares. Estas presenças muito nos honram.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem tivemos na Assembléia uma movimentada discussão a respeito dos feitos e das realizações de cada Governo.

O Líder do Governo - a quem pessoalmente prezo - disse que as Oposições que no passado tiveram a responsabilidade pela administração do Estado do Paraná, teriam que caminhar de joelhos, em função da forma e do modelo que hoje o Governo do Estado implementa em nosso Estado.

Ora, acho que os valores estão sendo desvirtuados, assim como a propaganda política em nosso Estado, ou a propaganda das realizações que não aconteceram.

Propaga-se realização da reestruturação da cafeicultura no nosso Estado. Ora, o que temos, é o início do estímulo, do incentivo, com R\$ 2,70 por muda, dando menos de R\$ 300,00 para um hectare de café, de lavoura formada, enquanto ela custa R\$ 3.800,00 a R\$ 4.000,00. R\$ 2,70 por muda, a um custo de R\$ 12,00; R\$ 15,00!! Isso só pela muda, faltando

depois o próprio custeio e a manutenção!

Diz a propaganda que gerou 150 mil empregos. Se olharmos os dados do DERAL, tanto na cafeicultura como na cotonicultura - e aí precisamos fazer uma análise - pode ter sido jogado dinheiro fora, porque a área plantada não aumentou nos números e na importância que o Governo traz na propaganda.

Também disse aqui do modelo que o Estado do Paraná se transforma. Ora, o que estamos observando, é a venda de ativos fixos do Estado do Paraná: COPEL, 1 bilhão e meio. Agora é a vez da SANEPAR - empresa do Governo do Estado, construída do patrimônio e esforço de muitos municípios do nosso Estado - e hoje está aqui à venda por 100 milhões de reais ou a colocação de produtos, abertura de capital da SANEPAR, para logo no primeiro semestre, rendendo aproximadamente 100 milhões para a Companhia. O valor captado será utilizado em novas obras de investimentos.

Ora, os Governos passado fizeram investimentos enormes na área de saneamento básico, na contabilidade de água, como também na questão do esgoto, e não se vendeu empresas, não precisou vender ações da COPEL, não precisou desmobilizar o Estado.

Vendemos nos últimos dias de fevereiro, um lote de 9 milhões de ações da COPEL, gerando recursos da ordem de 127 milhões. Estes 9 milhões de ações da COPEL, Senhor Presidente, se vendida numa época ou num período em que as cotações estivessem a 22 reais - como foi feita a venda em junho do ano passado, Senhores Deputados - teria rendido aos cofres do Estado do Paraná mais de 68 milhões de reais. Daria para fazer três pontes de Guaíra, daria para fazer muitas das escolas e daria sim, para atender muitos dos nossos professores que estão aí com dificuldades, inclusive, de lecionar nas próprias salas de aula.

Daria sim, para permitir, Senhores Deputados, investimento no PROEM, investimento em laboratórios, daria para constituir uma empresa que pudesse, efetivamente, apoiar a pequena indústria no Estado do Paraná. Seria um verdadeiro Banco. - Só a perda do diferencial das vendas das ações da COPEL neste último leilão. E agora,

vem o Governo tentando passar uma máscara e dizer que houve um ágio de 6%.

Ora, ágio teria se tivéssemos atingido os valores de junho. A empresa não diminuiu, a empresa não perdeu rentabilidade, a empresa não deixou de ser menos eficiente e menos competitiva. No entanto, metade dos recursos que o Governo foi buscar, empréstimo internacional através do ensino fundamental, foi perdido só na venda das ações da COPEL.

Este é o prejuízo e esta é a resposta que damos a quem disse que teríamos que andar de joelhos. De joelho anda este Governo, que vendendo, desmobilizando, investindo mal, gerou nos anos de 96 e 97 déficit público, e aí precisamos de fazer uma comparação, porque é a comparação que o Paraná exige.

De 1987 a 1990, a arrecadação do Estado do Paraná foi - anual - em torno de 1 bilhão e duzentos a 1 bilhão e trezentos. Tudo que se realizou, especialmente no Governo Álvaro Dias, em termos de estradas, universidades, escolas, foi com uma receita de 1 bilhão e trezentos.

A receita do ano de 94 fechou com 1 bilhão, seiscentos e trinta; foi possível realizar o que realizou: implente de estradas, ao invés da construção de estradas; ferrovias foram financiadas, não foram vendidas. Não foi desmobilizado nem um patrimônio, nem um patrimônio fixo do Estado.

Em 1997 - é do conhecimento de todos - o nosso Estado do Paraná saltou para uma receita de 1 bilhão e duzentos no final do Governo Álvaro, para 4 bilhões e oitocentos milhões - quatro vezes a arrecadação. O Governo Jaime Lerner arrecadou em 1997 o que o Governo Álvaro Dias arrecadou nos quatro anos de administração.

Onde estão as obras? Onde estão os feitos? Quem precisa explicar detalhes para a sociedade, é o próprio Governo. Os governos anteriores não precisam se ajoelhar naquela Bancada. Mas precisam sim, aqueles que estão desmobilizando o Estado e não apresentam as obras e as realizações que são fruto do resultado e do esforço da população do Estado do Paraná.

Na mesma folha que traz a venda das ações da SANEPAR, temos a venda das ações da TELEPAR, onde mostram a rentabilidade de 19,77%, isto por quê?

Porque foi permitido para um administrador competente estar a frente dela. Mas não só por isso, mostra quem, quando não estamos e não somos prisioneiros do garrote do Tesouro, das dívidas, dos compromissos assumidos, temos condições para buscar o momento e a melhor situação de mercado para fazer as colocações das ações. E isso é o que estamos vendo. Não adianta o Estado do Paraná se endividar, se atolar em dívidas externas, se o que ele tem põe para fora com um prejuízo enorme. Essa é a nossa preocupação. Não foi ágio de 6% nas ações da COPEL; foi um prejuízo da ordem de 38% das ações. São 68 milhões de prejuízos. Se tivéssemos vendido no final de fevereiro, teríamos esperado o preço de junho do ano passado. Isso mostra a diferença. Pergunto: quem é que está de joelho?

Com um aparte o Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Senhor Deputado, ainda o processo de venda de ações do setor energético está engatinhando no território brasileiro. É lógico que as ações da COPEL voltarão a subir em curto espaço de tempo e o Governo sabe disso e os grandes acionistas também.

Na realidade, é mais de 38% o que foi perdido na venda destas ações. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Na mesma análise que fazemos dos valores anuais de 1 bilhão e 200 a 1 bilhão e 300 do governo anterior, observamos o déficit. No anos de 1994 apresentamos uma receita de 1 bilhão e 630; e uma despesa de 1 bilhão e 677 milhões, resultando num déficit de 47 milhões. É só olhar os balancetes do Governo, que os três anos seguintes foram de déficit. O déficit maior foi justamente no ano de 1997, na ordem de 791 milhões de reais.

Por isso o Estado do Paraná tem figurado na imprensa nacional de forma até de nos trazer ressentimentos, porque somos paranaenses e não gostaríamos de ver o Estado do Paraná figurando numa situação de economia que, mesmo crescendo a sua receita de 1 milhão e 600 para 4 milhões e oitocentos, em menos de três anos. E o Estado vem cada vez mais acumulando prejuízo,

déficit e mais déficit. Isso mostra a gestão administrativa que temos no nosso Estado. É em cima dessa gestão administrativa que, evidentemente, haveremos de discorrer nas eleições do próximo ano e com certeza faremos o comparativo, Deputado Horácio, entre o que foi feito e o que está sendo feito com as receitas do Estado do Paraná.

Agradeço, muito obrigado. E agradeço a gentileza do nobre Deputado por permitir que eu pudesse concluir o meu pronunciamento.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - PPB. PMDB.

Com a palavra o PTB, com o ilustre Deputado Joel Coimbra.

Em seguida, o ilustre Deputado Ângelo Vanhoni, no Horário do PT.

O SR. JOEL COIMBRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna hoje, para reverenciar a memória de uma figura de extraordinário valor. No dia 03 de fevereiro de 1998, portanto, durante o recesso parlamentar, recebemos a notícia do falecimento do Professor Horácio Racanello Filho.

No dia 17 de fevereiro, esta Casa aprovou por unanimidade um voto de pesar pelo seu falecimento. É questão de justiça, no entanto, ressaltar a memória, o trabalho, o caráter daquele que sempre lutou pela justiça, daquele que sempre lutou em defesa dos injustiçados. Filho de Horácio Racanello e Ana Batista de Andrade, o Doutor Horácio Racanello nasceu na localidade de Olímpia, no Estado de São Paulo, em 20 de dezembro de 1940. Formou-se em Direito, pela Universidade de São Paulo, Largo de São Francisco, em 1956. Em 1966 mudou-se para Maringá, aonde iniciou a sua carreira na Advocacia.

Doutor Horácio foi advogado, professor e político. Fundador do MDB - e depois PMDB - foi duas vezes candidato a Prefeito de Maringá - não se elegendo - foi também candidato a Deputado Federal - também não se elegeu - foi Secretário da Justiça, Procurador-Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas, Conselheiro do Governo, porém, nunca perdeu a fé na justiça e na política.

Fundador do MDB e PMDB, num determinado momento poderia se mostrar desiludido com a política, porque não

teve neste Partido o apoio que mereceu. No entanto, em uma de suas últimas manifestações, o que ouvimos do Professor Horácio Racanello foi a manutenção da fé nos seus ideais. Sobre os Partidos políticos, numa conferência recente, ele se pronunciou dizendo: "Os Estados modernos são Estados de Partidos, ou talvez com mais propriedade, os Governos modernos são Governo de Partidos. É o Partido político uma associação. É o Partido político uma pessoa jurídica de direito privado. Essa associação há de ser integrada por pessoas que tenham a mesma ideologia. Todo Partido deve ser ideológico. O Partido de patronagem é uma excrescência e é fundamental que todo Partido divulgue as suas idéias. O programa é um compromisso que o Partido assume com o povo e com os eleitores. O escopo, colimado por um Partido, evidentemente deve ser a conquista do poder, não para defender os seus apaniguados, a conquista do poder para colocar, sim, em prática, a idéias e as propostas contidas no seu programa partidário. Associações há muitas, e espero que outra ainda venha a surgir, mas a missão cumprida pelo Partido político, é insubstituível."

Sobre o povo, afirmou, ainda na continuidade do seu crédito: "O povo é capaz de decisões sábias, inteligentes, acertadas, brilhantes, desde que suficientemente informado. Qualquer pessoa, pouco importando o saber, o grau de erudição, qualquer pessoa, desde que suficientemente informada, pode emitir opiniões. É capaz de decisões inteligentes, é capaz de interferir na implementação de ações políticas fundamentais. Por isso, considero o direito à informação como o mais importante de todos os direitos humanos. Estou absolutamente convencido de que enquanto não dermos início ao processo de democratização dos meios de comunicação social, não terá início o processo mais amplo de democratização do estado brasileiro."

Vejam bem que o eminente professor, que saiu do cenário político, não perdeu a sua fé na política e nos seus ideais políticos. E, como professor e advogado, continuou ministrando as suas aulas na Universidade de Maringá, levando a sua proposta, levando a sua

fé, elaborando o seu crédito, ensinando e mostrando como fazer.

Por isso, nesse momento é fundamental ressaltar que o professor Horácio Racanello, que parte, que nos faz sentir a sua falta, que nos faz sentir saudades, nos leva a dizer também que ele cumpriu a sua parte, que exerceu a sua cidadania e toda vez que lembrarmos do seu nome, vamos lembrar também de um homem honrado, trabalhador, de um homem que se manteve até o último instante da sua vida, fiel aos seus ideais.

Em função disso, solicito a Vossa Excelência que seja consignado na Ata, as nossas homenagens à família de Horácio Racanello e requiero também que sejam extraídas as notas taquigráficas desse pronunciamento e encaminhadas à família do professor Horácio Racanello, na pessoa do seu irmão, José Hermenegildo Batista Racanello.

O Sr. Neivo Bezaldua - Solicito um aparte.

(Assentimento)

Fico muito feliz em ver Vossa Excelência nesta tarde, ocupar a tribuna, para relatar parte da vida do querido Horácio Racanello.

Nós, que o conhecemos como militante político, como Secretário e como cidadão, podemos também endossar as palavras de Vossa Excelência. Queira também aceitar os nossos votos de profunda pesar pelo falecimento do nosso querido Horácio Racanello.

O SR. JOEL COIMBRA - Muito obrigado, Neivo.

Concluindo, requiero, portanto, sejam extraídas notas taquigráficas deste pronunciamento e encaminhadas à família do Doutor Horácio Racanello, na figura do seu irmão - advogado e professor - José Hermenegildo Racanello, com escritório profissional e residência em Maringá, cujo endereço oportunamente fornecerei à Secretaria da Casa.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Bak) - Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero, em primeiro lugar, fazer a relação das pessoas que estão presentes hoje, na Assembleia Legislativa, do Município bem perto - Pontal do Paraná - aqui no litoral.

Representantes da ACEAPAR - Associação Comercial e Industrial de Ponta do Paraná; UCEPAR - União dos Comerciantes Industriais de Pontal do Paraná; Associação de Moradores dos Balneários: Canoas, Santa Terezinha, Praia de Leste, Ipanema, Shangrilá e Pontal do Sul. Só para relatar aos Senhores: neste final de ano, exatamente por volta dos dias 20 a 24 de dezembro, o Município de Pontal do Paraná - que é um município recém criado, foi criado nesta legislatura - através da Câmara de Vereadores, fez uma alteração no Código Tributário do Município. E, em questão de dois dias a Câmara de Vereadores, por um Mensagem do Prefeito, além de instituir a Lei Orgânica do Município (porque até então o que prevalecia era a Lei Orgânica do Município de Paranaguá, do qual o Município de Pontal do Paraná foi desmembrado. E o Código Tributário também), nesse prazo de três dias foi instituída a nova Lei Orgânica do Município e, com base nessa nova Lei Orgânica também foi criado um novo Código Tributário.

Como se não bastasse a pressa de uma Lei Orgânica criada em menos de dois dias, num período de véspera de natal, como se não bastasse a pressa da criação de um Código Tributário para o novo Município de Pontal do Paraná às vésperas das festas natalinas, também em dois dias. O Prefeito - através de mensagem - chegou a aumentar o IPTU dos habitantes de Pontal do Paraná, que vai desde Pontal do Sul até os limites de Praia de Leste, em casos que chegam ao absurdo de 600%. E estivemos acompanhando por ocasião do mês de janeiro, porque houve uma reclamação generalizada não só dos moradores do Município de Pontal do Paraná, como também daqueles que moram aqui em Curitiba ou em Paranaguá, mas que têm residência em Pontal do Paraná e para lá se transferem durante o período de verão, para poder usufruir das férias, do prazer que o litoral traz para cada cidadão e para cada família de paranaenses.

Pois bem, a comunidade foi pega de surpresa quando tomou conhecimento

- no final de janeiro - com a emissão dos carnês sendo majorados em até 600%, e começou a fazer alguns estudos, através de suas entidades, e viu que a planta dos municípios do Código Tributário do Município de Matinhos e Caioabá; a planta do Município de Paranaguá obedece tranquilamente e tradicionalmente os mesmos critérios para a locação dos recursos do ponto de vista da majoração do IPTU. Uma anomalia acontece em relação à majoração feita pelo Prefeito de Pontal do Paraná, que foi aprovada pela Câmara de Vereadores - volto a frisar - na véspera do Natal, sem que a comunidade tomasse, sequer, conhecimento. E me parece que uma matéria de tal envergadura, que diz respeito e mexe com os interesses econômicos do conjunto da comunidade, seja pessoa física, seja pessoa jurídica, quando não passou sequer os prazos, os prazos de trâmite da matéria nas Comissões da Câmara de Vereadores. Parece-me que foi um processo ao arrepiado aquilo que chamamos de um processo transparente, de um processo que seja pautado pela legalidade, que seja pautado pela legitimidade de uma medida como essa da majoração.

Entendemos que o Prefeito tinha todo o direito de discutir com a comunidade, com a Câmara de Vereadores, a necessidade de fazer com que a planta de valores do Código Tributário, em relação ao IPTU, tivesse modificações em função da criação de um novo município, das demandas necessárias para a constituição da infra-estrutura do Município de Pontal do Paraná para trazer melhoria de vida para os seus habitantes.

Mas, entre uma medida desta, uma iniciativa desta e o aumento de 600%, naquilo que se refere ao que foi cobrado no ano de 1997, achamos que houve uma exorbitância muito grande.

Então, neste sentido, a comunidade do litoral do Paraná, de Pontal do Paraná está presente hoje aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para que gestionem junto ao Prefeito Élio Queiroz, de Pontal do Paraná, para que, em primeiro lugar, dilatam os prazos, para que se possa fazer uma correção devida. Há casos - e inúmeros, pelo que se tem conhecimento - de arbitrariedade, de irregularidades gravíssimas na adequação do

IPTU dos imóveis comerciais e residenciais daquela cidade.

Além disso, o movimento da comunidade se constituiu, incluindo as associações de moradores de cada balneário, incluindo as entidades da sociedade civil, estão aqui representantes, e esta comissão realizou uma grande reunião, uma grande assembléia, agora neste mês de janeiro. Na oportunidade, estive presente, estava no litoral, estava em Paranaguá, e tive a oportunidade de estar presente, e vi naquele momento - não só o Deputado Luiz Carlos Alborghetti - com o seu programa de televisão - o Deputado Horácio Rodrigues, a quem já tinha falado que estava disposto a constituir uma comissão de Deputados, que pudesse dar uma ajuda no sentido de fazer com que os habitantes de Paranaguá, sabendo que têm que majorar os seus tributos, mas não na proporção da forma como está sendo feita, vieram aqui solicitar o apoio dos Deputados.

O Deputado Ricardo Chab, que disponibilizou o seu programa de televisão para que a comunidade do Paraná e a comunidade do litoral tivessem acesso, do ponto de vista das discussões, do que está sendo tratado.

Então, neste sentido, o que viemos trazer aqui, em nome da comunidade de Pontal do Paraná, é o apelo para que esta comissão de Deputados, junto com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti - que já se dispôs - o Deputado Horácio Rodrigues, o Deputado Ricardo Chab e este Deputado que vos fala, que possamos, junto com o Deputado Anibal Khury, solicitar ao Prefeito Élio Queiroz, que entre em negociação para a discussão da revisão do processo de IPTU no balneário de Paranaguá.

O Prefeito está assumindo uma posição de intransigência. Não quer diálogo com ninguém que represente a comunidade. Não recebe as associações de moradores, de todos os balneários do litoral. Não recebe o representante da Associação Comercial e nem a sua Diretoria. Não recebe nenhuma entidade até agora, não recebeu. Quer dizer, está tendo uma postura de intransigência.

Há uma solicitação legítima da comunidade, que é a de revisão. E todos reconhecem que o IPTU deve ser majorados - e até pode ser majorado - mas os valores, a maneira como foi

consubstanciado a planilha de valores, há irregularidades muito graves.

Então, neste sentido, os moradores da região de Pontal do Paraná vêm a esta Casa pedir o apoio dos Deputados para que intercedam junto ao Prefeito, para que ele abra as portas da Prefeitura, para que a comunidade possa discutir um assunto que é do seu interesse, que é a questão do IPTU do residencial e do comercial. Porque senão, vai inviabilizar o comércio, vai inviabilizar a possibilidade das pessoas terem o seu imóvel e pagarem o seu imóvel no Município de Pontal do Paraná.

O Sr. Horácio Rodrigues - Tenho dito, Deputado Vanhoni, no programa de rádio que disponho na "Litoral Sul", diariamente, que a atitude do Prefeito não é democrática, é ditatorial e só vejo uma forma de pressioná-lo: depositar em cartório e ele não poder mexer neste dinheiro e o povo de Pontal do Paraná tem que assumir uma posição, assim como a Assembléia.

Não é só o caso de Pontal. Curitiba também. Temos casos de aumentos de IPTU de até 300%. É um verdadeiro crime o que estes administradores - ou pseudo-administradores - fazem com a comunidade.

Vossa Excelência conte conosco, com o nosso programa na Rádio em Paranaguá, e a população de Pontal do Paraná pode ter a certeza absoluta que a Assembléia Legislativa não vai falar com eles.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Deputado Vanhoni, só queria registrar o meu apoio a sua disposição nesta tribuna, pela justeza das suas palavras e pela injustiça que está sendo cometida no Município de Pontal do Paraná.

Creio que, quando a população do Município de Pontal do Paraná votou pela emancipação, votou e elegeu o Prefeito para governar os destinos, votou sobretudo na expectativa de ter melhorias para a sua cidade, para a sua região. Infelizmente, o que estamos verificando, é que a sanha arrecadadora, a "derrama", episódio tão conhecido da nossa história, é um fato concreto que está sendo demonstrando que muitas vezes o Poder constituído,

seja o Legislativo somado ao Executivo, transborda, exorbita nas suas atribuições e acaba cometendo este tipo de violência contra o contribuinte.

Na verdade, é da maior justiça que se faça uma profunda revisão destes procedimentos, o País e os cidadãos estão por merecer uma mudança radical. Não é possível o que aconteceu aqui em Curitiba na questão do aumento da taxa de lixo, que teve um aumento de 218%. Denunciei este aumento, foi uma licitação viciada e a Prefeitura, ao invés de reduzir a taxa de coleta de lixo, na representação que fiz junto ao Ministério Público, entrou com uma ação judicial, civil e criminal contra as afirmações que fiz no Ministério Público.

Na verdade, os moradores de Pontal do Paraná e as lideranças que aqui se encontram, sabem que correm muito risco hoje, você questiona uma autoridade e acaba sendo processado. Por isso, Deputado Vanhoni, é muito importante que Vossa Excelência, com a imunidade que o mandato de Parlamentar lhe confere - e a imunidade tem que ser utilizada para as boas teses, e é esta a imunidade que defendemos, que Vossa Excelência, da tribuna, use com muita propriedade as palavras que têm utilizado para que possamos encontrar uma solução para o Município de Pontal do Paraná.

Tem Vossa Excelência o meu inteiro apoio.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Solicito o Horário da Liderança do PPB.

(Assentimento do Deputado Augustinho Zucchi)

O Sr. Neivo Beraldin - Vossa Excelência, Vanhoni, tem sido, aqui nesta Casa, um Deputado excepcional. É um Deputado inteligente que assume as bandeiras mais justas que a sociedade reclama. E, Vossa Excelência, como cidadão ligado ao litoral, é a voz mais apropriada para defender a população de Pontal do Paraná. Vossa Excelência usa a tribuna com muita razão, porque um Prefeito, especialmente de um município novo, não pode "ir com tanta sede ao pote", a ponto de sacrificar a sua população.

O aumento é exagerado. O Prefeito de Pontal do Paraná tem que rever

esta sua posição. Tenho certeza que com a manifestação de Vossa Excelência, que é ligado ao litoral do Paraná, que tem uma liderança enorme dentro desta Casa, vai fazer com que este Prefeito se sensibilize e lembre-se que a sua população tem que pagar esse imposto. E o povo está com dificuldades.

A Prefeitura não pode ser um caça-níquel. O Prefeito tem que ser uma referência da sociedade. Ele tem que ser um cidadão exemplo, e por isso, ele é chamado de "Excelência". Não se pode chamar de "Excelência" quem aumenta exageradamente os impostos!

A exemplo de Curitiba, na minha casa - Pato Branco, do Augustinho Zucchi - mas aqui, eu pagava sessenta reais por ano de coleta de lixo. Hoje, passo a pagar duzentos reais. Para que servem esses cento e sessenta reais a mais? Será que é para a empresa que coleta o lixo? Será que são para aqueles que calam a boca e não querem se manifestar? Não há um Vereador da Câmara Municipal de Curitiba que se manifeste. O silêncio está comprado.

Vossa Excelência é um líder capaz de manifestar-se nesta Assembleia com todo o rigor e, por isso, tem o nosso elogio.

O Sr. Horácio Rodrigues - Deputado, um aparte?

(Assentimento)

Quero sanar um erro do Deputado Neivo Beraldin.

O Vereador Jorge Samek está acionando a Prefeitura de Curitiba sobre o aumento do lixo.

Então, a Câmara está trabalhando.

O Sr. Neivo Beraldin - O Samek está viajando com o Prefeito para a Europa.

O Sr. Horácio Rodrigues - Isso não quer dizer nada. Vossa Excelência também viajou com um monte de gente e ninguém quis saber para onde.

Na minha opinião, a Câmara - com raras exceções - está fazendo o seu papel.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Concedo um aparte ao Deputado Florisvaldo Fier.

O Sr. Florisvaldo Fier - Primeiramente, quero manifestar um pouco sobre este debate que houve agora, sobre a Câmara Municipal de Curitiba.

Sobre esta questão do aumento da cobrança da taxa de lixo, a Bancada do nosso Partido na Câmara de Vereadores, não só o Samek, mas os outros dois Vereadores - Tadeu Vener e Sticca - se manifestaram contrários. Fazendo justiça, vi pela imprensa, o Deputado Gustavo Fruet, do PMDB, também com posição contrária, cobrando de Cássio Taniguchi esse reajuste.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Quero fazer um pouco de justiça em relação ao que disse o Deputado Neivo Beraldin. O que ele quis dizer é que o conjunto da Câmara de Vereadores - não adianta o Gustavo, uma voz isolada, ou o Samek, outra voz isolada. É algo tão gritante, porque passou de sessenta para duzentos e dezoito reais e toda a Câmara de Vereadores está calada. No fundo é isso. Não há nenhuma ação neste sentido.

O Deputado Neivo Beraldin se referiu neste sentido. Ele não se referiu a um ou outra pessoa. Mas não há um posicionamento da Câmara de Vereadores de Curitiba.

O Sr. Florisvaldo Fier - Voltando para estas questões específicas do IPTU, acho que não só na Câmara de Vereadores daqui, mas há também um silêncio na Câmara de Vereadores de Pontal e na de Morretes que - coincidentemente hoje estive no Fórum de Morretes, numa reunião com o Promotor, discutindo o reajuste do IPTU naquela cidade - para registrar o valor venal das propriedades, de algumas delas no Município de Morretes é superior ao valor real hoje, de tanto que aumentaram o valor venal, para poder cobrar o IPTU.

Acho que a distorções no IPTU, geralmente existem. O aumento maior que há é sobre a justificativa que o município tem demanda, que tem de atender o que não atendia antes. Havia queixas em relação à Paranaguá, dizendo que não tinha saneamento, médico, e aí eles exorbitam no reajuste, para dizer que é para atender esta demanda, mas sem olhar que poder ser feitas economias em outro sentido.

No ano passado, desci ao litoral, num município novo e com Prefeito novo. Perguntei quanto que se iria gastar para funcionar a máquina, que hoje obtive informação: para o aluquel, R\$ 4.000,00; cada Secretário, R\$ 3.615,00; mais primeira dama e filho do Prefeito, mais nove Vereadores.

Isso implica numa despesa mensal de R\$ 95.000,00, só para instalar a parte burocrática. E por ano representa R\$ 1.140.000,00! É necessário que se pague salários altíssimos, superiores, às vezes, a alguns cargos importantes de Prefeituras de maior porte, como o salário de R\$ 3.600,00 para um Secretário? Esse é um questionamento, se é necessário aumentar o IPTU - foi o que ele alegou - ele poderia verificar cortes em outros lugares, como por exemplo, estas despesas que entendemos perfeitamente passíveis de serem cortadas, porque é um município novo. Esses valores de salários foram instituídos a partir do próprio Prefeito, R\$ 7.500,00, superior a qualquer Deputado Estadual. Estas questões têm que ser debatidas, se é para economizar.

Agora, temos que condenar, não só a questão como foi encaminhada, como foi dito, mas também a postura atual do Prefeito que intimida as pessoas que colocaram placas na frente de suas casas, protestando contra o reajuste do IPTU. Estas pessoas foram intimadas por fiscais da Prefeitura, notificadas que seriam enquadradas em alguma legislação, na qual elas teriam que pagar multa, ou sei lá o quê! Mas não permitir a manifestação nem na sua propriedade - porque a casa é propriedade individual - e isso o Prefeito não permitia!

Acho que tem que ser questionada também a liberdade de expressão naquele município hoje.

O Sr. Neivo Beraldin - Na verdade, Deputado Vanhoni, para concluir o meu aparte.

Vejam vocês: os Vereadores de Curitiba estão todos em festa, afinal, ganharam uma casa nova, gabinetes amplos, quatro ou cinco cargos em comissão cada um. Um Vereador custa para o município, R\$ 20.000,00 ou R\$ 30.000,00 e não debatem estas questões que são mais profundas e que envolvem a sociedade!

Então, acho que nós, que já fomos Vereadores, Vanhoni - temos que ser um misto de Vereador de Curitiba e de Deputado, porque temos que ter alguém falando a favor do povo. O que não podemos é ter o silêncio total e absoluto! A imprensa tem que ser mais contundente, e nós aqui temos essa obrigação! Acho que temos que pedir a Vossa Excelência e a todos que foram Vereadores de Curitiba, que junto conosco levantem, numa voz firme e única, para defender a nossa população!

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Queria só relatar, Senhor Presidente - porque Vossa Excelência e os Senhores Deputados são testemunhas - quando aqui na Assembleia se debateu, durante o ano todo de 95, a criação do Município de Pontal do Paraná.

Sou oriundo do litoral, sou lá de Paranaguá, lutei pela não emancipação. Fui, talvez, um dos poucos Deputados aqui, que não assinou, que não votou pela emancipação. Mas entendo que era uma aspiração legítima de uma comunidade. Eu defendia uma tese, achava que a Prefeitura de Paranaguá tinha que fazer o melhor pelo Pontal do Paraná, porque a vitrine de Paranaguá seriam as praias, coisa que a administração de Paranaguá nunca fez, sabemos disso. Mas, como tese, eu não defendia o desmembramento.

No entanto, feito o desmembramento - é uma lei - tem um município novo, acho que o dever de todos nós, Deputados, e do Poder Legislativo, do ponto de vista orçamentário, do ponto de vista de apoio político, para liberação de verbas, para auxiliar a administração municipal que se inicia, para que ela tenha estrutura e capacidade de cumprir aquilo que é o seu objetivo enquanto município, enquanto uma estrutura administrativa independente da Cidade de Paranaguá, acho que é dever de todos nós.

Então, só gostaria de deixar isto claro, porque sinto-me com a maior tranquilidade para percorrer os bairros do litoral do Paraná - em especial de Pontal do Paraná - e colocar-me à disposição da comunidade para lutar por aquilo que é certo, justo, necessário, para melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos.

Então, por isso, não adianta o Prefeito Élio Queirós, numa atitude intempestiva, arrogante, pouco elegante, ir na Câmara de Vereadores de Pontal do Paraná e achar que o Deputado Ângelo Vanhoni, só porque foi contra a emancipação do município, é um Deputado que agora quer lutar contra o município, fazendo talvez um dissídio entre os habitantes, participando de uma movimentação para dizer que o IPTU está correto ou não.

O Prefeito fique tranquilo, vamos atuar incessantemente na cobrança daquilo que é certo ou errado. Seja em Paranaguá, em Curitiba, seja no Pontal do Paraná, em qualquer lugar do Estado do Paraná, vou ajudar os municípios, os cidadãos de Pontal do Paraná, assim como de outras cidades, a cobrar aquilo que é certo.

E não está certo, Senhor Presidente, o cálculo que foi feito do IPTU não está certo. É uma vergonha o que acontece no Município de Pontal do Paraná! Por isso, acho que os Deputados têm a obrigação de prestar agora o apoio aos habitantes que lutaram, porque todos que estão aqui lutaram pela emancipação do Município de Pontal do Paraná. Mas não esperavam que a emancipação mesmo, através do Prefeito que foi eleito pela maioria dos votos, viesse hoje inviabilizar a permanência deles enquanto pequenos comerciantes, veranistas, cidadãos, lá no Município de Pontal do Paraná, com essas atitudes do Prefeito Élio Queirós.

Para encerrar, gostaria de ceder um aparte ao Deputado Caíto Quintana. E espero contar, em nome dos habitantes do Pontal do Paraná, com o apoio da Assembleia Legislativa, para fazer o Prefeito ser um pouco mais sensível, ser um homem de diálogo com a população, porque é isso que a cidade precisa, de um líder que seja democrático, que encaminhe as questões do município e que dialogue com a população a respeito das suas necessidades.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Vanhoni, ao contrário da colocação de Vossa Excelência, sinto-me inteiramente à vontade para conversar a respeito desse imposto de Pontal. Entendendo do plebiscito, da democracia que representa à população definir o seu rumo - votei favorável à criação de Pontal do Paraná. E é lastimável - porque tenho

parentes que moram na área do Pontal - você ouvir, pouco tempo depois, a população demonstrando - quase que - não arrependimento pela emancipação - mas um sentimento de culpa pela imposição de um imposto mais alto do que pode pagar.

Ora, Deputado Vanhoni, em muitos e muitos municípios do Paraná, até mesmo aqui em Curitiba, no nosso Estado, o município procurar, através de dilação ou de isenção de imposto, da concessão de uma terraplanagem, participar com o Poder Público no aumento da população dos imóveis, dos estabelecimentos comerciais, da vida economicamente ativa de um município.

Esse imposto exagerado em Pontal, acaba sendo um instrumento para afastar possíveis construções, melhoria no terreno, porque todos nós sabemos que o IPTU é feito sobre o valor que se dá ao imóvel. Ninguém vai querer aplicar pesadamente em melhorar um imóvel, em ampliar um imóvel, se isso vai representar um imposto desmedido do outro lado.

O Prefeito - por inabilidade talvez - esteja abrindo uma polegada de entrada no açude dos recursos públicos, e duas polegadas na saída. Quer dizer, o que aparentemente seja uma injeção de recursos em um ou dois meses do ano, acaba sendo um afastamento nos outros 10 meses.

É preciso rever esta posição. Acredito que a Câmara de Vereadores e o próprio Prefeito tenha essa responsabilidade, acho que não pode continuar da forma que está, porque indiscutivelmente não é a população que vai ter que pagar a infra-estrutura do município.

E gostaria de lembrar que o litoral do Paraná, Deputado Vanhoni, é um litoral que tem servido como exemplo para o Governo, inclusive na aplicação de recursos do mesmo. Porque o litoral não é só de quem lá reside, é de todos os paranaenses.

Ora, nada mais justo que o Governo do Estado aplique recursos nos municípios do litoral do Paraná. Não permitindo que apenas a população que lá tem um terreno ou mora na região, tenha que arcar com toda essa consequência. Agora mesmo, o Governo aprovou um recurso no Banco Mundial, que vai ser aplicado muito no litoral. E espero que não seja aplicado todo ape-

nas para a feitura de um canal para estabelecimento de marinas e sirva também para ajudar as Prefeituras a poderem se organizar, podendo desta forma dispensar o aumento abusivo de imposto em cima da população.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Quero agradecer a benevolência pelo tempo, que sei que me excedi em demasia, mas agradeço a compreensão dada a importância da matéria envolvendo uma comunidade tão grande como a nossa Pontal do Paraná.

Muito obrigado!

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não seria de outra forma que essa Presidência lhe daria os minutos a mais que lhe concedemos.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria, neste momento, de fazer um relato da minha região que foi bastante noticiado, até uma região do norte de Prudentópolis. Só para terem uma idéia, Prudentópolis tem uma região bastante extensa: dois mil, quatrocentos quilômetros quadrados, e aquela região do norte que aprovamos aqui nesta Casa o projeto de município novo, inclusive, até foi citado durante este trabalho jornalístico - a Serra da Calina foi atingido por um temporal, uma tromba de água, enfim, uma quantidade muito grande de água que se abateu naquela região. E temos notícias de várias partes do Brasil que quando esta quantidade de água chega de uma vez, ela inunda, e houve realmente muitos prejuízos, principalmente no que se refere a estradas, pontes. Como é uma região de muitos rios, muitas montanhas, dificuldades assim para se chegarem em todas as comunidades. Para se entender melhor, existem provavelmente uma vinte comunidades pequenas, todas elas utilizando estradas, para isso, sempre tem as pontes, enfim, houve todo este dano a toda essa região.

Portanto, queremos esclarecer que realmente as famílias ficaram isoladas, talvez não nessa proporção que foi colocada nos jornais, porém uma grande parte da população - que estimamos na época em 6 mil habitantes,

ficaram realmente ilhados, e de imediato a defesa civil, através de um helicóptero, já começou a prestar atendimento àquelas famílias dos casos de pacientes principalmente, eram atendidos de imediato por esse helicóptero que já há uma semana está lá. Imediatamente já vieram os recursos, equipamentos da Secretaria de Transportes, de Obras Públicas, da Saúde; mais de 100 a 140 quilos de medicamentos e naquela região tem um hospital que foi iniciado a um período e ainda não temos convênios, ele funciona apenas como um posto de assistência médica e que serviu durante este problema deste temporal, onde foi atendido muita gente.

Então, só queria me referir que o estrago foi muito mais para as estradas, e assim as famílias, indiretamente, foram atingidas. Foram 17 famílias desabrigadas e muitas delas realmente tinham uma casa em locais de difícil acesso, e também em beira de rios, onde a primeira tromba de água já até levou uma casa com uma família toda: cinco membros, dois adultos e três crianças - que foi noticiado, inclusive. Fora isso, não houve acidentes - pelo menos até o momento - não teve maiores vítimas.

Portanto, queremos agradecer o apoio imediato com que as Secretarias - principalmente a de Transportes, que já está lá reconstruindo as pontes - porque só pela Prefeitura, certamente levaria um ano para construir mais de 50 pontes, para dar acesso às localidades.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Mesa Executiva comunica aos Senhores Deputados que a Comissão Especial constituída para ouvir o Doutor Gilberto Glashóia, indicado pelo Governador do Estado do Paraná a ocupar o cargo de Procurador-Geral da Justiça, tem a seguinte composição: Deputado Valdir Rossoni, Augustinho Zucchi, Caíto Quintana, Plauto Miró e Ângelo Vanhoni; e ainda mais, terá a presença do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Joel Coimbra.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM I

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o título de Cidadã Honorária do Paraná a Roseli Aparecida Machado. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 26/97, de 12.03.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 085/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa conceder o título de Cidadã Honorária do Paraná à Senhora Roseli Aparecida Machado.

Por ser justa e merecida homenagem, e ainda por ser legal, regimental e constitucional, manifestamo-nos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/97, de autoria do Deputado Geraldo

Cartário, que altera a redação da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994, alterada pela Lei nº 11.096, de 16 de maio de 1995, incluindo o Município de Agudos do Sul entre os da Região Metropolitana de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 68/97, de 13.05.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 213/97

P A R E C E R:

O Deputado Geraldo Cartário, ao apresentar o Projeto de Lei nº 213/97, objetiva incluir o Município de Agudos do Sul entre os da Região Metropolitana de Curitiba, justificando sua proposta pela ligação geográfica, história e econômica daquele município com a Grande Curitiba.

Esta Comissão, chamada a opinar, designou seu relator que, não tendo encontrado impedimento legal para sua tramitação normal, vem emitir o parecer favorável à sua tramitação e aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/97, de autoria do Deputado Renato Adur, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Henrique Paulo Schmidlin, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 127/97, de 21.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 396/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Renato Adur, visa conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Henrique Paulo Schmidlin.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.09.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Xamburé o imóvel que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 143/97, de 10.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 440/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, visa autorizar o Poder Executivo a reverter ao Município de Xamburé, a posse do lote de terreno urbano sob nº 12, da quadra sob nº 24, com área de 448,00 m² da planta geral desta cidade e município, com as respectivas benfeitorias.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Agudos do Sul o imóvel doado à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 145/97, de 11.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 443/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, visa autorizar o Poder Executivo a reverter ao Município de Agudos do Sul o imóvel doado à Fundação Caetano Munhoz da Rocha.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 443/97

P A R E C E R:

Relatório

O presente plano de lei, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, visa autorizar o Poder Executivo a reverter ao Município de Agudos do Sul o imóvel doado à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.

Fundamentação

Chamada a opinar, esta Comissão de Saúde, reconhece a importância e o interesse municipal da presente projeto, face a municipalização da saúde, inexistente a necessidade da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha manter tal imóvel neste município.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.10.97.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

JOÃO TECCHY - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 455/97, de autoria do Deputado Miltinho Puppio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, imóvel no Município de Jandaia do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. nº 146/97, de 15.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 455/97

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Miltinho Puppio, trata o presente Projeto de Lei de autorizar o Poder Executivo a doar ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o imóvel constituído de parte da quadra de terras nº 48, na Cidade de Jandaia do Sul, com 35,00 X 40,00 metros, num total de 1.400 m², com frente para as Ruas Doutor Clementino Schiavon Puppi e Plácido Caldas.

Como se observa a Lei Municipal nº 362 da Câmara Municipal de Jandaia do Sul autorizou o Poder Executivo Municipal a doar a referida área de

terras ao Estado do Paraná, sem que da referida lei autorizatória constasse qualquer condição.

A doação foi concretizada, através da Escritura Pública de Doação lavrada em 24 de abril de 1994, nas notas do Tabelião Genésio Pires Ramos, em Jandaia do Sul, no Livro 32, às fls. 01, e devidamente transcrita às fls. 236, sob nº 3.317 do Livro 3-E, do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas - 1º Ofício da Comarca de Jandaia do Sul, em 25 de abril de 1994.

Entendemos nada impedir o presente Projeto de Lei autorizatório.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel para a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu - APASFI, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. nº 147/97, de 16.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 464/97

P A R E C E R:

Relatório

A presente propositura de autoria do Deputado Sâmis da Silva, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel para a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu - APASFI.

Fundamentação

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, constata que a entidade já ocupa o imóvel supracitado desde o ano de 1985, através de comodato, valendo salientar que com a doação a mesma poderá promover melhorias com recursos próprios e da comunidade, beneficiando assim sobremaneira a sua clientela.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.10.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 469/97, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná a Senhora Juril de Plácido e Silva Carnasciali. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 149/97, de 17.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 469/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Orlando Pessuti, visa conceder o título de Cidadã Benemerita do Paraná a Senhora Juril de Plácido e Silva Carnasciali.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.09.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/97, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1996. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1996.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.12.97.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 023/97

P A R E C E R:

Encaminhada à esta Comissão a Proposição em tela, dando conhecimento das atividades e controle das Receitas e Despesas Orçamentárias e Extraordinárias deste Poder Legislativo, com apuração dos balancetes mensais e Balanço Anual, verificados durante o exercício financeiro de 1996.

Analisado o Relatório Anual das Atividades e Controle das Receitas e Despesas Orçamentárias e Extraordinárias desta Casa e demais peças à ele anexadas, constatamos que o todo encontra-se em conformidade com a legislação em vigor, não restando dúvidas quanto à exatidão das contas prestadas.

Assim sendo, pelo acima exposto, entende este Relator em aprovar a presente Proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.12.97.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Sobre a mesa, Requerimentos nº 139 e 140, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 154, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dentre os Requerimentos que foram aprovados, gostaria apenas de chamar a atenção, dar o destaque em um dos Requerimentos, além do Projeto de Lei que demos entrada, conforme falamos ontem.

Trata-se de uma solicitação à Secretaria dos Transportes, para que retire imediatamente as placas indicativas que foram colocadas ontem, no fim da tarde, no trevo de Ponta Grossa-Irati, aqui no Spréa, onde as placas indicativas apontam para quem vai para Guarapuavá, Cascavel, Foz do Iguaçu, siga via Ponta Grossa. Da mesma forma do trevo Irati-Relógio, outra placa indicando quem vem de Cascavel, Foz do Iguaçu e Curitiba, Paranaguá vem via Ponta Grossa.

De forma e hipótese alguma, não tenho nada contra a passagem por Ponta Grossa. O que realmente nos causa es-

panto, é que todo o comércio, todos os postos de gasolina, todos os restaurantes e outras empresas instaladas ao longo deste trecho, vão sofrer um prejuízo enorme. Por quê? Porque o tráfego está sendo desviado desde hoje pela manhã, em razão da reforma e recapeamento que as empresas estão fazendo neste trecho. Desde Foz do Iguaçu até Paranaguá, nenhum trecho foi desviado e o reparo, o recape, o tapa-buraco, está sendo feito sem que nenhuma placa fosse colocada indicando que se mudasse este ou aquele trecho.

Desta feita é um prejuízo que as empresas e os empresários vão ter, e estamos contestando a colocação destas placas. Já fizemos a nossa manifestação pela imprensa, e os empresários de todo o esse trecho, do Spréa até Relógio, estão se mobilizando com abaixo-assinados, virão, caso isso não seja atendido aqui na Secretaria de Transportes, pedindo a retirada em caráter excepcional, gente!

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Em discussão os Requerimentos que foram apresentado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Adiado na forma regimental os Requerimentos.

O SR. TOTI COLAÇO - Vossa Excelência já tinha aprovado este Requerimento.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Não, eu estava colocando em discussão quando dei a palavra a Vossa Excelência, o autor do Requerimento.

Em discussão.

O SR. TOTI COLAÇO - Então, ele pediu para discutir na sessão de amanhã? Veja só que barbaridade!!

Excelência, Deputado Plauto Miró Guimarães, com o maior respeito que tenho por Vossa Excelência, não há o que justifique este Requerimento ser adiado. Até porque não entendo qual é o interesse das empresas de desviar o tráfego direto, prejudicando Irati, a Cidade de Palmeira, todo o comércio,

quando na verdade, de Relógio até Ponta Grossa continuam fazendo reparo, da mesma forma. Existe esse impedimento lá? Não quero levar para o outro lado.

Acho que aqui está havendo uma discriminação total, absoluta, com relação a Irati, a Palmeira, Teixeira Soares e esta região. Pode ser discutido amanhã, mas já fica claro aqui qual é o meu posicionamento a este Requerimento, porque existem quatro ou cinco que deverão ser aprovados.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Senhor

Presidente, só para deixar bem claro: não estamos discriminando município nenhum, nem Irati, nem Teixeira Soares, nem Palmeira. Mas, como também sou um representante do Município de Ponta Grossa, quero me inteirar exatamente quais são os problemas levantados pelo nobre Deputado Toti Colaço, para que no dia de amanhã consigamos aqui votar, de uma maneira clara e transparente.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Sabíamos que essa era a posição do Deputado e não em obstrução ao Requerimento de Vossa Excelência. O seu procedimento realmente é normal na ordem democrática.

Pela Ordem, concedo a palavra ao ilustre Deputado João Tecchy Filho.

O SR. JOÃO TECCHY FILHO (Pela Ordem) -

Até ouvindo o nobre Deputado Toti, também já reclamei uma ocasião em que as placas indicativas para Foz do Iguaçu sempre eram em direção a Irati. Sempre reclamamos que deveria ter também em direção a Ponta Grossa e Prudentópolis.

Só queria fazer também esta observação, porque são os dois lados que sempre têm algum lucro ou prejuízo em relação as placas.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Perfeitamente registrado, Deputado João Tecchy Filho.

Requerimento nº 137, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romaneli, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI - Solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Será feita a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É feita a chamada)

28 (vinte e oito) Senhores Deputados responderam a chamada.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

04 (quatro).

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

25 (vinte e cinco).

Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, para justificar o voto.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Lamento profundamente que a Bancada governista, nesta Casa, não tenha prestado atenção no que estava votando, porque infelizmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, verificamos como a mentira tem pernas curtas e tem uma perna muito curta, aqui no Estado do Paraná. Porque dizíamos que o Estado do Paraná não tinha dinheiro para pagar o 13º salário - e não tinha mesmo, Deputado Nelson Tureck!

Está aqui comprovado documentalmente. O Governo do Estado praticou um ato ilegal, tomando emprestado da Companhia Paranaense de Energia, 155 milhões de reais, no dia 19 de dezembro, véspera do pagamento do 13º salário. E o pagamento, Deputado Rosinha, vai ser feito em 10 parcelas mensais, deduzidas da receita do repasse do ICMS que a COPEL tem que fazer, de janeiro a outubro de 1998. E a COPEL vai receber ainda uma taxa de remuneração financeira desse dinheiro.

Mas o mais grave de tudo é a lesão ao interesse dos municípios paranaenses.

Vou encaminhar, Senhor Presidente, mesmo contra a vontade da Bancada governista - que não fica aqui nem para ouvir esta justificação de voto - mas os municípios paranaenses vão perder dinheiro, porque o dinheiro entrou no caixa do Tesouro como uma operação de crédito, os 155 milhões, dinheiro

do ICMS. E os 25% devido aos municípios, quando serão pagos aos municípios?

Então, na verdade, quero crer que embora hoje a nossa entidade, a Associação de Municípios do Paraná, não é mais aquela entidade que lutava por interesses da causa municipalista, porque o Presidente - a Diretoria, na verdade - estão submetidos aos interesses do Governo do Estado.

Mas, vou encaminhar aos Prefeitos municipais do Paraná - os Prefeitos têm que saber que o dinheiro deles, dinheiro do ICMS que falta para comprar remédios, para pagar o combustível da ambulância, esse dinheiro foi desviado pelo Governo do Estado do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, lamento que esta Casa não tenha aprovado este Requerimento com pedido de informações. É claro que a Bancada do Governo não interessa mesmo nenhum tipo de compromisso com o futuro do Paraná. É, na verdade, uma alienação dos Senhores Parlamentares, que permitem que o Governo cometa aqui esse despautério em relação ao dinheiro público.

E tenho certeza que a história vai julgar os nosso Parlamentares! A história e os eleitores, Deputado Luiz Carlos Zuk, a todos nós - diga-se de passagem.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Perfeitamente registrado a justificativa do seu voto.

Requerimentos nº 030, 032, 103 e 112, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 094, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 156, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 131 a 134, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 128, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 130, de autoria dos Senhores Deputados Geraldo Cartário e Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 135, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, José Maria Ferreira e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 136, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 141 a 151, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 152, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 153, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 155, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 159, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 085, 213, 396, 440, 443, 455, 464 e 469/97, e

do Projeto de Resolução nº 023/97.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 735/97.

Levanta-se a sessão.